

PAULO COEN

**O INCONSCIENTE COLETIVO, OS NOVOS IMUNIZADOS E O ERRO DE
PROIBIÇÃO**

CURITIBA
2009

SUMÁRIO

Resumo	03
Palavras-chave	03
I - Introdução – Carl Gustav Jung e o inconsciente coletivo	04
II - Contexto político e social da crítica	06
III - A seletividade do Direito Penal	10
IV - A relação entre a seletividade penal e o público-alvo da <i>algumas</i> ações afirmativas	15
V - O erro de proibição	19
VI - Efeitos do condicionamento cultural sobre a conduta	22
VII – Conclusão	24
VII - Referências bibliográficas	25

O INCONSCIENTE COLETIVO, OS NOVOS IMUNIZADOS E O ERRO DE PROIBIÇÃO

Paulo C. Coen¹

Resumo: As ações afirmativas foram trazidas para a realidade nacional como forma de ajuste emergencial para problemas de todas as naturezas que afligem a sociedade. Este manuscrito visa chamar a atenção para o uso político-eleitoral dessa importante ferramenta social e os desdobramentos futuros dessas medidas paliativas, nos aspectos psicológico e jurídico dessas coletividades.

Alerta também para o discurso vinculado a essas práticas e para a criação de um novo segmento social – aqueles considerados *excluídos* pelas mais diversas ordens de fatores e que, por força dessas ações, constituem um segmento diferenciado.

Ainda, e como consequência dessa divisão estamental da sociedade, buscar-se-á analisar brevemente os reflexos desse contexto na esfera penal, nítida ferramenta de exercício de poder do segmento dominante, tanto na esfera doméstica quanto em breve análise do contexto internacional.

Abstract: Affirmative actions were brought to national reality as an emergential adjustment do several social problems.

This manuscript intends do alert about the political use of these palliative measures and their future consequences on both psychological and legal aspects to the related social groups.

It also alerts against the affirmatives related to these actions and about the creation of a new social segment – those considered *excluded* due to the most different factors, and thru these state actions became a differed social segment. Yet, as a consequence of that segmentary division of the society, a brief analisis of this context's reflection on criminal law - a clear power mechanism of the dominant social segment, in both national and international contexts is made.

Palavras-chave: Direitos humanos – ações afirmativas - arquétipos jungianos – fragmentariedade do direito penal – imunização e vulnerabilidade frente ao aparato penal - uso político da máquina administrativa – direito internacional

Key words: Human Rights – affirmative actions – jung archetypes – fragmentarity of the criminal law – immunity and vulnerability under the criminal system – political use of the administration – international law

¹ Advogado e médico. Professor de Direito Penal, Processual Penal e Criminologia, Fac. Dom Bosco, UniFAE, FaPar, e Técnica Pericial, em pós-graduação, da Fac. CBES.

I - Introdução – Carl Gustav Jung e o inconsciente coletivo.

Os defensores de certas modalidades de ações afirmativas asseveram que são temporárias, vez que são formas de agir que visam uma correção de rota, buscando estabelecer ansiados *resgates históricos* para, posteriormente, dar espaço a estratégias mais plausíveis.

Seriam essas condutas públicas inócuas, ou de efeitos paralelos incipientes se comparados com os principais?

Questiona-se se existem e, em caso positivo, quais seriam os reflexos da imposição de valores, da mudança compulsória de paradigmas, feita de forma drástica mediante essas ações, na personalidade dos envolvidos diretamente e no restante da sociedade.

Para abordar de forma minimamente adequada a questão se faz necessário recorrer aos estudos de Carl G. JUNG, fundador da Escola analítica de Psicologia.

Uma das principais teorias que desenvolveu **Teoria do Inconsciente Coletivo**.

JUNG denomina a mente de *psique*, e a divide em três níveis: consciência, inconsciente pessoal e inconsciente coletivo².

No primeiro (e mais enfatizado dos três na visão jungiana) está o *ego*, a imagem que a pessoa tem de si, suas lembranças e sua capacidade de adaptação ao meio.

No segundo, o *inconsciente pessoal*, situado logo abaixo da consciência, formado pelos sentimentos e idéias reprimidas, desenvolvidas durante a vida.

O terceiro nível, mais profundo, é o *inconsciente coletivo*, que contém, segundo JUNG, “influência das experiências cumulativas de todas as gerações passadas, incluindo os ancestrais primitivos.”³

Define-o como:

“...mundo da mente primitiva que se mantém profundamente inconsciente enquanto tudo corre bem na vida, mas que emerge dessa profundidade assim que algo de funesto se apresente à consciência. A esta camada impessoal da alma dei o nome de *inconsciente coletivo*. É

² SCHULTZ, Duane. **História da Psicologia moderna**. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1981, p.p. 363-368.

³ id

“coletivo” porque não trata de nada que tenha sido adquirido pessoalmente. É como que o funcionamento da estrutura herdada do cérebro, a qual em seus traços gerais é a mesma em todos os seres humanos, e de certo modo em todos os mamíferos.”⁴

Ou, conforme HALL e LINDZEY,

“o inconsciente coletivo é o armazém de traços de memória latentes, herdados do passado ancestral do homem. Um passado que inclui não só a história racial do homem como espécie separada, mas também a ancestralidade pré-humana ou animal. O inconsciente coletivo é o resíduo psíquico do desenvolvimento evolucionário do homem, um resíduo que se acumula em consequência de repetidas experiências ao longo de numerosas gerações.”⁵

É, portanto, um conjunto de memórias, de imagens ancestrais e sentimentos de toda a humanidade que é herdado pelo indivíduo.

Importante ressaltar que a pessoa que recebe esse dote não “lembra” conscientemente dessas imagens.

Segundo JUNG, a partir delas, passa-se a agir de forma assemelhada à que fariam os próprios ancestrais.

Afirma ainda que uma pessoa pode manifestar uma reação exageradamente traumática a determinado estímulo, derivando essa manifestação desproporcional ao esse estímulo não de experiências pessoais anteriores, mas sim, em decorrência dos registros ancestrais nesse nível profundo da *psique*.

Dada sua “herança”, esse indivíduo agiria assim, por ser *predisposto* a essa manifestação.

Essas tendências, mais comumente relacionadas, ao nascimento, morte, reações a perigos extremos e à figura materna, são chamadas de *arquétipos*.⁶

⁴ JUNG, Carl Gustav. **O desenvolvimento da personalidade**. 9.ed. trad. Frei Valdemar do Amaral. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, p. 122.

⁵ HALL, C., LINDZEY, G.. **Theories of personality**. 2.ed., Nova York, 1970, p. 83 *apud* SCHULTZ, Duane, op. cit., p. 363.

⁶ JUNG, Carl G., op. cit., p. 49.

Então, se uma criança nasce já provida com o arquétipo da figura da mãe, uma imagem materna pré-concebida, ao interagir com a mãe acaba, com o decorrer do tempo a formar-lhe uma imagem definitiva.

Há quatro principais arquétipos, a *persona*, o *anima*, o *animus* e a sombra, que para JUNG são sistemas separados de personalidade.⁷

A *persona* é uma “máscara” utilizada pela pessoa para poder conviver em sociedade. É um “papal” que interpreta, com características diversas daquelas de sua verdadeira personalidade.

Animus e *anima* são heranças comportamentais e emocionais do sexo oposto, e “refletem a noção de que homens e mulheres exibem tendências masculinas e femininas”⁸.

Já a sombra reflete o perfil primitivo, animalesco da personalidade, as paixões e os desejos censuráveis, levando a pessoa a praticar atos que comumente não praticariam.

Assim, verificam-se distinções entre JUNG e FREUD. O conceito freudiano é de que a vida pregressa forma a personalidade do adulto.

O ensinamento jungiano, vai além. Concorda que os eventos passados afetam e participam da formação da personalidade do indivíduo, mas também há a participação do futuro ao moldar o homem, mediante suas metas e aspirações.

É a chamada *auto-realização*: “a harmonia e o preenchimento total de cada aspecto da personalidade, o pleno desenvolvimento do eu”⁹.

II – Contexto político e social da crítica

As relações humanas no ocidente vivem um momento peculiar. Num passo subsequente à hipocrisia da “correção política” no falar, agora vêm os atos de “resgate histórico” dos erros supostamente cometidos pela atual geração e suas antecessoras.

Perfeição estética e vício estrutural andam paralelamente.

Ao se analisar os horizontes éticos em que vivemos, a partir de uma ética cristã, verifica-se a prática do grave pecado da soberba.

⁷ SCHULTZ, Duane. Op. cit., p. 366.

⁸ Id.

⁹ SCHULTZ, Duane. Op. cit., p. 367.

Pior que aquele que não é caridoso é aquele que o é não pela finalidade do ato em si, mas para sentir-se grandioso, magnânimo ou menos culpado por seus erros pretéritos.

Eis que não pratica bem algum, exceto talvez o resultado material imediato. Mas, sob o aspecto principiológico, encontra-se mais corrupto que antes.

Nesse passo, a Metrópole exhibe orgulhosamente sua pretensa grandeza e desprezimento ao apresentar seu eleito ao mundo, Barack Obama.

Quer mostrar como evoluiu axiologicamente ao eleger para comandá-la um indivíduo proveniente do grupo até há pouco discriminado abertamente, e com amparo no ordenamento jurídico local.

O país que se ufana de seus valores de liberdade e democracia conservava até há pouco leis que albergavam a discriminação racial explícita.

Possivelmente ao se aventar esse tipo de discussão, poderão ocorrer os usuais reparos por parte dos adeptos da “correção”, no sentido da não propriedade do uso do termo “raça”, mas sim “etnia”.

Tal cuidado estético assemelha-se em esterilidade a situação de, em meio a discussão sobre as teorias de Edwin SUTHERLAND que mencionam a “cifra negra”¹⁰ da criminalidade, o interlocutor preocupar-se mais em mudar a terminologia utilizada pelo autor que buscar caminhos para entender e, se possível, tentar superar o problema.

Quem de fato é preconceituoso: quem fala livremente, usa o termo *negro* com a mesma inflexão que poderia dizer azul ou vermelho, ou quem pratica circunlóquios castiços, mas que no fundo de si carrega a discriminação?

No momento político norte-americano questiona-se se não residiria o perigo: elege-se alguém sem plataforma, sem projetos, apenas promessas e uma impecável retórica, mas, e principalmente, por possuir uma pele de matiz diverso daquele que costuma frequentar o poder no ocidente.

Teria sido eleito outro com os mesmos belos e empolgantes discursos na forma e vazios no conteúdo se fosse apenas mais um anglo-saxão? Possivelmente não.

Se fosse mais um norte-americano “típico” (dentro do estereótipo que costumam apresentar por seus próprios meios de divulgação), perguntar-lhe-iam a que veio, e

¹⁰ BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. 3.ed. São Paulo: Ed. Revan, 1999, p. 101-103.

se persistisse apenas com promessas de melhores alvoreceres sem dizer o meio de atingi-los, seria posto de lado.

O verdadeiro preconceito parece residir aí.

Muitos caucasianos votaram em Obama para sentirem que expiaram os pecados referentes aos males que seus antepassados praticaram com relação àqueles do eleito.

O fazem, porém, sem olhar para o futuro. Procuram sanear seu passado (ou “resgatá-lo” como está em voga), comprometendo ou arriscando o futuro.

Seria esse o caminho para a superação, ou para o aprofundamento da barreira racial? (ou *étnica*, se assim se preferir).

Eleger-se alguém exibindo-o como um símbolo em si mesmo, quase que como uma “curiosidade”, e não como o portador de um projeto é fazer parte de um espetáculo circense, a exemplo dos primeiros esquimós levados a Nova York no final do século XIX, que se tornaram objeto de demonstração (mesmo depois de mortos).

Parece que muitos votaram pelo que *viam*, não pelo que ouviam. Seria isso sinal de evolução ou mero desdobramento do preconceito histórico?

Não se elevam dúvidas quanto à possibilidade de sucesso na atuação do novo presidente, mas, acredita-se, terá sido por sorte, pois ele em momento algum disse a que veio.

Mais: se seu antecessor fosse negro, dada a trágica administração que praticou e a nefasta herança que deixou, teria selado definitivamente as possibilidades de representação política efetiva desse segmento da população.

Questiona-se se em virtude da administração Bush os norte-americanos voltariam a votar em candidato representante de sua *casta nobre* (Kennedys, Bushes, Clintons)? Evidentemente que sim, pois as falhas foram atribuídas ao indivíduo, não ao grupo social a que pertence.

Se Obama falhar, seja por incompetência pessoal, seja por um contexto desfavorável, conforme dito, será a tonalidade do primeiro milímetro externo de seu corpo, e não seus atos, que será lembrado.

Mas seu fardo, sabe-se, por ser duplo, é imensamente superior ao dos 43 que o antecederam.

No Brasil os fatos não se configuram de maneira muito diversa.

Existe em nosso meio um furor direcionado à “auto-caridade” (aquela que visa mais aliviar a consciência de quem a pratica que beneficiar quem a recebe).

Muitos não desejam fazer o bem, mas anseiam *sentir-se* fazendo-o e, principalmente, ser *vistos* nessa atitude.

Resta, como único produto benéfico, independente da intenção perversa, o óbolo porventura aproveitado por alguém.

Moralmente, entretanto, só se verifica o aprofundamento do problema.

Se alguém doa certa quantia apenas para poder dizer-se filantropo, além de não o ser, seu ato perde todo o sentido. O anonimato é elemento essencial da verdadeira doação.

Ora: mulheres, negros, indígenas, idosos, crianças, e tantos outros que sofrem esmagados pelas engrenagens da sociedade de consumo foram, no Brasil, objeto desse tipo de ato, infiltrado entre as chamadas “ações afirmativas”, essas, mais um produto norte americana importado.

Que o Brasil deve respostas e atitudes a esses grupos (e a outros tantos) parece ser inequívoco.

O que se busca discutir nesse manuscrito, entretanto, é a *forma* como se devam praticar esses atos de reparação ou ajuste e suas possíveis consequências adversas.

Cabe permissão para mais um argumento de cunho religioso. Somente a Deus é dado “escrever certo por linhas tortas”, do contrário, daremos razão não a Ele, mas a Maquiavel.

Não podem ser apenas os fins que devem ser levados em conta, mas o modo e os reflexos daquilo que se pratica.

Dizer que determinados atos ou “ações afirmativas” são adotados por não haver outros meios melhores, mesmo sabendo que são de eficácia duvidosa, beira a irresponsabilidade no exercício de funções públicas.

Principalmente quando nem sempre é louvável a intenção que se tem ao adotá-las, ou seja, para simples promoção.

Ao se transformar justiça em *caridade*, em verdade se busca fazer bem a si mesmo, e não ao destinatário. Pior é mascarar a tudo isso sob o título de caminho para “realizações maiores”.

Esse viés caritativo, paternalista, subverte a finalidade dos atos praticados.

A busca por *indulgência* (moral, social ou política) mediante a prática de certos atos não pode ser confundida com grandeza.

Atitudes tomadas de forma e com finalidade equivocada costumam ter consequências ruinosas.

Nisso aproxima-se a discussão que se visa abordar neste escrito com o Direito, e em particular com o Direito Penal.

III – A seletividade do Direito Penal

Sabe-se que esse ramo do Direito, mais ainda que os outros, é seletivo. Acredita-se ser consensual que se existe alguma forma de isonomia, sobretudo (mas não exclusivamente) no Brasil, essa é de natureza apenas *formal*.

Com isso observam-se ao menos três estamentos sociais, formados por indivíduos vulneráveis, outro por imunes e, por fim, pelos medianos.

De acordo com o segmento ao qual pertença o indivíduo, diversa será a atuação do Sistema de Justiça Penal sobre ele.

Alessandro BARATTA¹¹ alerta para o aprofundamento desse caráter fragmentário e seletivo do Direito Penal e de seus mecanismos seletivos na sociedade capitalista, para atender a valores que atendem, em última análise, à manutenção do *status quo* capitalista mais que à tutela dos valores constantes dos discurso oficial do Direito Penal.

Torna-se de difícil defesa o discurso da existência de um hipotético “contrato social” que vislumbraria a sociedade como um conjunto a partir do qual seriam eleitos valores homogeneamente consagrados para serem juridicamente tutelados, cuja ofensa seria impedida ou punida mediante a criminalização primária.

Juarez Cirino dos SANTOS aponta que a proteção de bens jurídicos realizada pelo Direito Penal é de natureza *subsidiária e fragmentária*¹².

Subsidiária pois pressupõe um atuar principal realizado por outros meios (mais efetivos) do instrumental sócio-político-jurídico estatal, e fragmentária pois se destina à proteção de apenas alguns bens jurídicos (os selecionados esse fim) e não todos aqueles definidos pela Constituição Federal.

¹¹ BARATTA, Alessandro. Op. cit., p. 166-7.

¹² SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal parte geral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 5.

Há uma estreita relação entre direito penal e desigualdade social, tanto na criação das regras penais como quando de sua aplicação. Aprofunda-se ainda na extremidade final do Sistema de Justiça Penal, o cárcere.

Temos, portanto, três momentos distintos: a *criminalização primária*, seleção de bens jurídicos que serão tutelados mediante tipificação de condutas que resultem-lhes em ofensa, *criminalização secundária*, o processo de seleção dentre os indivíduos que transgrediram regras, definido quais serão submetidos ao Sistema Penal, e *criminalização terciária*, momento da determinação daqueles selecionados dentre os submetidos à máquina penal que irão ao cárcere.

Assim, lembra Juarez Cirino dos SANTOS¹³, se a criminalização primária parece *neutra*, a criminalização secundária reflete claramente a posição social dos indivíduos selecionados.

Cabe, em adendo, cogitar que, muitas vezes, sequer a criminalização primária é dotada dessa pretensa “neutralidade”.

Sabe-se que o chamado *delito artificial*, aquele que atende a interesses segmentares, protegendo bens jurídicos que não são interesses comuns a todos os cidadãos, dá o caráter político do Direito Penal, indo em sentido contrário às citadas noções contratualistas, conforme se observa nas *teorias conflituais da criminalidade*.¹⁴

O processo de estigmatização dos segmentos ‘desfavorecidos’ deve ser contido pela efetividade dos princípios constitucionais.

O Direito Penal, como se sabe, é utilizado como mecanismo de controle social e político, sendo instrumento de manutenção do *status quo*.

Ocorre que, uma vez selecionado ainda pela criminalização primária, mediante os citados ‘delitos artificiais’ ou pela secundária, mediante o atuar das agências estatais, o indivíduo, embora agente de conduta ilícita, reprovável pelo ‘conjunto social’, uma vez sofrendo a persecução estatal, torna-se credor de uma tutela estatal, da mesma forma que o ofendido, vez que, diante do aparato estatal, sempre assumirá condição de hipossuficiente.

As recentes alterações legislativas nessa área demonstram preocupação do legislador apenas diante do ofendido, numa forma (ao se utilizar o termo já desgastado pelo mau uso) de *resgate* da vítima da criminalidade.

¹³ SANTOS, Juarez Cirino dos. Op. cit., p. 5.

Nada entretanto é feito no sentido da integração do imputado ao conjunto social (não pela introjeção dos valores dominantes, mas pela aceitação da diversidade).

Como lecionam Alexandre Morais da ROSA e Sylvio Lourenço da SILVEIRA FILHO¹⁵, cria-se uma

“polarização de trato (de estilo *maniqueísta*): de uma lado o cidadão, o qual se espera a exteriorização da conduta com a finalidade de confirmar a estrutura normativa da sociedade; e de outro o *inimigo*, interceptado com anterioridade e combatido pela sua periculosidade.”

Cabe lembrar que a *pena tem funções simbólicas*¹⁶, dentre as quais a punição de certos comportamentos para cobrir um número maior de condutas que permanecem, por esse *mecanismo de interação e auto-preservação das instâncias sociais dominantes*, imunes ao processo de criminalização.

Por essa linha lógica, torna-se uma **legislação álibi**¹⁷ aquela que visa realizar os *resgates históricos* tão em voga nesse momento de explícita hipocrisia neoliberal, e, por esse *mecanismo dissuasório*, preservar interesses dominantes historicamente protegidos.

Acontece que, para que esses “fogos de artifício jurídicos” possam iludir a sociedade, alguns terão de sofrer conseqüências e esses, necessariamente, serão os *clientes habituais* do Sistema de Justiça Penal.

De tempos em tempos é necessário “alimentar as feras”, dar os tão conhecidos *panem et circences* à sociedade. Para isso, ninguém *relevante* pode ser sacrificado.

Pior que o uso político-eleitoral da estrutura pública é a utilização para esse fim da legislação penal.

Que o diga o contingente de indivíduos detidos cautelarmente, sem processo penal deflagrado, por vezes aguardando audiência por tempo superior ao que seria o tempo de

¹⁴ BARATTA, Alessandro. Op. cit., p. 119-120.

¹⁵ ROSA, Alexandre Morais da; SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. **Para um processo penal democrático**. Crítica à metástase do sistema de controle social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p. 51.

¹⁶ BARATTA, Alessandro. Op. cit., p. 166.

¹⁷ Nesse sentido *vide* NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.

reclusão caso sobreviesse uma condenação em virtude da lei 11.340 de 2006, a chamada “Lei Maria da Penha”.

Trata-se de grosseira distorção praticada por uma lei que seria concebível somente nos discursos de palanques eivados de bravatas dos políticos populistas.

Colocar indivíduos no cárcere sem o devido processo legal ou julgamento pela prática, em tese, de delitos que sabidamente não prevêm essa forma de sanção é algo que poderia afastar de nosso país a condição de Estado Democrático de Direito.

É inequívoco que as mulheres, sobretudo em países latinos, são vítimas usuais de atos de violência, mas a crescente judicialização e criminalização das relações sociais vai na contramão da História.

Resulta que, não raro, indivíduos são vítimas de denúncias caluniosas, sendo o mecanismo de prisão cautelar previsto nessa lei utilizado maliciosamente para fins diversos.

Existem dentre os acusados por esse tipo de delito, por certo, indivíduos que talvez, num juízo de valores *leigo*, fossem merecedores dessa forma de agir. Isso é intolerável no universo jurídico nos moldes que afirmamos e desejamos possuir.

Entretanto, admitir que outros sejam penalizados em vão para atingir a esses é almejar fazer inveja aos piores estados totalitários. Pratica-se, ademais, esse tipo de produção legislativa, uma vez mais, sob o manto do mesmo clichê de que “certos sacrifícios são toleráveis para o ‘resgate da cidadania’ feminina”.

Tiram proveito eleitoral os mentores, beneficiam-se algumas autênticas vítimas da violência doméstica, mas afetam-se outros.

Além de aprofundar a condição de vulnerabilidade dos que serão objeto do agir desse dispositivo legal (que, não para surpresa geral, são oriundos dos mesmos segmentos sociais que engrossam as fileiras da clientela costumeira do Sistema Penal), criam uma **nova casta de imunizados**: para muitos esse tipo de dispositivo legal dá a equivocada noção de uma possibilidade de atuação acima da lei, protegendo indiretamente desde a fraude patrimonial de que são vítimas alguns dos detentos até a violência doméstica contra os homens.

Se se pode, entretanto, direcionar crítica, não é àqueles que usam de má-fé aproveitando imperfeições legais para benefício próprio, mas aos mentores desses dispositivos, pela miopia gerada pela elevada dose ideológica e pelo imediatismo eleitoral que permeiam essa produção legislativa.

Conforme já dito, quando se pratica a caridade vaidosa, há, de qualquer forma, uma mudança no mundo real. Alguém se beneficia, apesar da pobreza moral do ato em si.

Mesmo as bravatas eleitorais transmutadas em lei têm como limite e restrição o atingimento somente ao público-alvo costumeiro do Sistema.

É absurdo tentar resolver problemas de cunho eminentemente social mediante o (mau) uso do aparato penal. É transformar em *prima ratio* aquilo que se sabe há muito que é (de deveria cada vez mais) ser *ultima*.

O cárcere representa, como bem ensina BARATTA, “a ponta do *iceberg* que é o sistema penal burguês, momento culminante de um processo de seleção que começa ainda antes da intervenção do sistema penal.”¹⁸

Quando, para amenizar os ânimos de alguns (que hoje inclusive ocupam cargos estatais de destaque) foi necessário inserir institutos desconformes com o perfil do texto constitucional, como a imprescritibilidade, inafiançabilidade, insuscetibilidade de indulto ou graça, certamente se agiu sabendo que não se pretendia colocar em prática tais dispositivos.

Nem tanto por não ser crer em seu efeito contramotivador, mas simplesmente como *álibi*, como demonstração de “boas intenções” do legislador, enquanto se omite em outros temas.

O preço é, no entanto, elevado. Como ensina René Ariel DOTTI¹⁹, a opção pela imprescritibilidade, tanto da pretensão punitiva quanto da executória, “atenta contra o espírito da própria Constituição”.

Lembra o eminente jurista que, da forma como está, representa “ameaça eterna de sacrifício de bens jurídicos do infrator”, indo contra outro inciso do próprio artigo 5º da Carta, que proíbe a pena de caráter perpétuo (XLVII, ‘b’), já transcrito.

Uma vez mais tolera-se a deformidade da lei para uso político-eleitoral.

Essa determinação de “sanção eterna” não é condizente com a vontade social, embora se saiba que o conjunto social é segmentado e que nem todos os setores têm adequada representação, choca-se sistematicamente, conforme dito, com os valores maiores trazidos pela própria Constituição.

¹⁸ BARATTA, Alessandro. Op. cit, p. 167.

¹⁹ DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal – Parte Geral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005, p. 682.

Sabe-se que a Política, em sua acepção maior, é diversa da ‘política’ dos palanques, dos discursos inflamados e inconseqüentes que buscam o apoio popular, sobretudo dos menos esclarecidos, que ainda se impressionam com frases de efeito e retóricas vazias dos candidatos e ocupantes de cargos eletivos.

Sabe-se que esse falar, se precisa de fato existir para motivar o eleitor já descrente, deverá, após a investidura na função, ser substituído pela razão, pela ação possível, sob a égide da lei.

Essa *reserva do possível* não exclui a evolução, as mudanças, mas afasta (ou deveria afastar) o discurso vazio da ‘política’.

Como diz Luiz MOREIRA, “A soberania do povo na democracia representativa é autônoma apenas para se fazer representar”²⁰.

Cabe discutir se aquilo que é produzido mediante essa representação está ou não em conformidade com os valores sociais, ou se atende apenas aos interesses dos representantes.

IV- A relação entre a seletividade penal e o público-alvo da *algumas* ações afirmativas

No aspecto específico de algumas “ações afirmativas”, sobretudo aquelas adotadas com finalidades egoísticas de seus mentores, um receio com relação aos seus efeitos reflexos se refere à criação de uma nova casta de indivíduos imunizados construída a partir desses movimentos de *expição dos “pecados” históricos*.

Não há dúvida que se está a pisar num território minado, onde afirmações podem ser confundidas com o preconceito em si.

O autor não crê ser necessário apresentar “defesa” antes de prosseguir, vez que o que se está a defender é não somente a grandeza de atos, mas de *intenções*.

Para poder objetivar esse fim, acredita-se ser imprescindível estar previamente despido de qualquer forma de idéia pré-concebida.

Embora melindroso, o tema do Holocausto praticado na II Guerra Mundial pode ser ilustrativo.

²⁰ MOREIRA, Luiz. **A Constituição como simulacro**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007, p. 86.

Seria o sofrimento experimentado pelas vítimas à época uma carta-branca para a prática, por parte dos sobreviventes e seus descendentes, de quaisquer atos futuros, julgando haver recebido uma perene “excludente de ilicitude” sob a forma de “legítima defesa ante o mundo”?

Será que os judeus, que sempre foram vulnerabilizados, estão, por força dos eventos históricos (e dos fortes aliados), guindados a condição de imunizados de tal forma que tudo a que venham a fazer **deva** ser visto como ato de defesa, sob pena de imposição de rótulo de “preconceituoso” aos seus críticos, chegando-se ao ponto de temer-se mencionar suas ações, dado o melindre envolvido?

Qualquer hipótese de reprimenda que se lhes queira direcionar deve ser vista como ato de discriminação?

A justiça espanhola analisou, no mês de janeiro de 2009, denúncia contra militares israelenses por crimes contra a humanidade no recente massacre praticado em Gaza.

O juiz que recebeu a denúncia se baseia na lei espanhola que dá competência ao judiciário para julgar crimes dessa natureza, independentemente de envolverem nacionais daquele país.

Não causará espanto se uma linha defensiva que porventura venha a ser necessária (o que se considera pouco provável) sequer seguirá pelo caminho da legítima defesa.

O magistrado não tardará a ser chamado de anti-semita, e o assunto será encerrado para evitar maiores transtornos.

O desfecho, acredita-se, será diverso do ocorrido com o ditador chileno Augusto Pinochet ao ser preso em viagem à Europa. Eis o grau de *imunização* a que se pode chegar.

Ao se ousar apontar um membro de um grupo historicamente vulnerável como possível autor de um delito não se está a praticar o preconceito, ao contrário.

O que se afirma é que os judeus, assim como os muçulmanos ou os católicos são homens iguais.

Sendo assim, nada impede que haja entre eles criminosos, e nada haverá de preconceituoso em desejar que esses indivíduos sejam submetidos à atuação do Judiciário competente, e não seu povo como um todo.

Se está a superar esse discurso e indicar que como qualquer outro ser humano, esses indivíduos podem (e devem) ter seus atos julgados de acordo com uma lei válida para todos; é a superação do preconceito e não sua prática.

Se se deixa de agir em face de alguns por se supor serem “credores eternos” de algo diante dos demais homens pelo preconceito sofrido em épocas pretéritas, parece que se está a perpetuar esse preconceito, cogitando serem essas pessoas diversas das demais.

O paternalismo, o assistencialismo e a “vitimização” de comunidades ou etnias praticado atualmente poderá trazer resultados nefastos que serão enfrentados pelas gerações vindouras.

Da mesma forma, a criação de um clientelismo estatal para fins eleitorais imediatos poderá atrofiar as possibilidades futuras de muitos pelo hábito da inércia.

Não se está a defender, como relacionado na obra de Löic WACQUANT²¹, o fim da atuação social por parte do Estado, como ocorrido nos Estados Unidos, com a divisão da ação social do Estado norte-americano em 2 vertentes: a *seguridade social* (‘social insurance’) que se destina a gerir as contribuições dos assalariados e o *bem-estar* (‘welfare’), referente à assistência aos mais carentes a partir dos anos 1980.

Lá, gerou-se uma divisão de serviços distintos por grupos: um primeiro destinado às classes e indivíduos “superiores” e um segundo aos “cidadãos de segunda classe”, que ficam sob severa tutela estatal.

O que se intitulou de “*Estado caritativo*”, apesar de suas mazelas, não parou de diminuir em prol da destinação de verbas para o setor militar e para as classes mais abastadas.

Trocou-se a *guerra contra a pobreza* dos anos 1960 pela *guerra contra os pobres*, compelidos a deixarem de ser um “peso fiscal” ao restante da população.

Esses programas sociais de combate à pobreza foram gradualmente estigmatizados e eliminados a partir da administração de Ronald Reagan, seja pela restrições que lhes foram impostas, sejam *orçamentárias* (embora comprometessem apenas 1% do orçamento²²), sejam *burocráticas*, mediante a criação de barreiras e requisitos para acesso aos benefícios (a chamada “canseira burocrática” – ‘churning’).

²¹ WACQUANT, Löic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

²² WACQUANT, Löic, op. cit., p. 24.

O que se critica é a distorção que parece se estar a imprimir na atuação social pública.

Em outra ilustração, o Tribunal Penal Internacional em Haia tem, desde 9 de novembro de 2006, como seu primeiro réu um suposto homicida líder tribal, Thomas Lubanga, ex-líder de uma milícia no Congo, acusado de ter usado crianças soldados²³.

Isso não surpreende nem comove a ninguém. Estaria a cândida sociedade ocidental certa de poder agora dormir com a consciência mais leve, pois o genocídio e os crimes de guerra serão enfim punidos e extintos através desse acusado?

Seria crível se o simplismo não fosse tanto que mesmo, para uma visão mais estreita, as intenções não transparecessem.

Se alguém acreditava em “universalismo” e “núcleo essencial de valores inerentes ao ser humano” a ser defendidos naquele Tribunal, pode ter já em seus atos inaugurais a concretização das suspeitas de que ele é aquilo que se poderia supor: um mais monumento à seletividade, ao relativismo com imposição de valores ocidentais, ao *status quo*.

Discutir-se temas como o aspecto externo, a cor da pele de um ser humano (o que Joseph Arthur GOBINEAU chamava de “raça”²⁴), é incompatível com o grau civilizatório que afirmamos haver atingido, assim como o é conspurcar a Justiça mesclando-a com o produto da expressão de forças políticas e econômicas, e intitular o produto final de “Tribunal Universal”.

Ora, aqueles que sabem que essa “Justiça” (ou o que quer que sob esse nome se tenha construído) não os atinge, certamente passarão a cogitar de atos que a psicanálise poderia identificar como instintivos ou primitivos.

O sentimento de culpa, ou a “ética” refreia alguns a cometer atos valorados negativamente; a maioria, no entanto, somente se contém por receio da punição.

À medida que a geopolítica assegura impunidade a alguns, é certo que os atos exteriorizados a partir desse momento serão temerários.

Já de há muito Max Weber falou do *desencantamento* do mundo. Alguns dos favoráveis a certas medidas paternalistas ou de *resgate histórico* parecem insistir em desconsiderar essa afirmação.

²³ Fonte: Deutsche Welle (www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2234102,00.html)

²⁴ GOBINEAU, Joseph Arhur. *Essai sur l'inégalité des races humaines apud* CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Codex, 2003, p. 265.

Consideram que os destinatários dessas ações afirmativas (que esses agentes, no íntimo, dada sua vaidade (que querem disfarçar em benemerência) são criaturas ingênuas.

Confere-se justos direitos aos descendentes das comunidades escravas (ou *quilombolas* – termo em voga entre os politicamente corretos) ou agricultores sem-terra.

Eis que esses (sobretudo os últimos) passam a praticar atos ilícitos, mas exigem ser tratados como vítimas ou *credores*.

Ameaçam suas vítimas com atos de invasão e destruição patrimonial, bem como prática de crimes contra a pessoa, e exigem ser sempre apresentados como vítimas.

O mecanismo paranóico gerado pelo exagero demagógico dos atos oficiais nessa seara é perceptível mesmo em pequenos fatos, como no recente episódio em Roraima, onde se discutia a posse de uma reserva.

Os componentes das tribos envolvidas no conflito denominavam os demais cidadãos brasileiros envolvidos de “não-indígenas”.

Disso se depreende sintomas de uma auto-estima criminosamente inflada, que levará não a um resgate de qualquer coisa, não ao apaziguamento da suposta “consciência atormentada” dos herdeiros das Capitânicas Hereditárias que ainda dominam o cenário político nacional, mas sim um possível cenário de conflito étnico desconhecido no Brasil.

Se sobra demagogia no paupérrimo repertório do discurso da classe política nacional, seja do segmento egresso das chamadas “elites” (tão mencionadas na fala dos atuais governantes), seja dos comissários do povo instalados no aparelho estatal hodierno, certamente poder-se-ia prescindir de ingressar em terreno tão acidentado.

Um desses riscos, conforme dito, é justamente a internalização por parte dos destinatários dessas medidas da noção de que realmente são pessoas diferentes, “credoras” das demais, e que com isso teriam, certas prerrogativas que abonariam determinadas responsabilidades de observância a normas.

Praticariam certas transgressões munidos da certeza de que a vedação àqueles atos não se aplica a eles, uma forma de **erro de proibição**.

V- O erro de proibição

No erro de proibição, ensina Hans WELZEL²⁵,

“o autor ou não conhece a norma jurídica ou a desconhece (a interpreta erroneamente), ou aceita erroneamente um fundamento de justificação. Cada um desses erros exclui a culpabilidade, se é inevitável ou a atenua...”.

e continua:

“quem subtraia de outro um objeto que ele erroneamente toma por próprio, está enquadrado em **erro de tipo**; ele não sabe que subtrai uma coisa *alheia*. Mas quem crê ter direito a subtrair uma coisa alheia (por exemplo, como credor frente ao devedor insolvente), se encontra em erro sobre a antijuridicidade de seu fazer.”

Ou, ainda, na lição de Cezar Roberto Bitencourt, erro de proibição:

“é o que incide sobre a ilicitude de um comportamento. O agente supõe, por erro, ser lícita a sua conduta. O objeto do erro não é, pois, nem a lei, nem o fato, mas a licitude, isto é, a contrariedade do fato em relação à lei. O agente supõe permitida uma conduta proibida. O agente faz um juízo equivocado daquilo que lhe é permitido fazer em sociedade.”²⁶

Merece menção a noção trazida por ZAFFARONI²⁷ do hegelianismo penal, para resolver a questão da seleção e punição a ser aplicada de forma diversa entre os indivíduos inúteis como mão-de-obra e os que, além de inúteis eram *perigosos* ao sistema hegemônico.

²⁵ WELZEL, Hans. **Direito Penal**. trad. Dr. Afonso Celso Rezende, 1.ed.. Campinas: Editora Romana, 2003, p. 250-251.

²⁶ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**, parte geral 1. 13.ed.. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, p. 384.

²⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raul. PIERANGELLI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**, v.1, Parte Geral, 6.ed.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 245-246.

A consequência foi a estipulação de uma pena retributiva com medida definida para os homens ‘livres’, os primeiros, e de uma ‘medida’ neutralizadora sem balizas definidas para os segundos.

Ora, o inimputável pode agir com dolo. O louco, quando mata, por muitas vezes *sabe que mata* e age para atingir esse fim. Não tem, porém, correta percepção da realidade. Crê agir contra uma criatura monstruosa que o persegue e atormenta, mas, quando se mune de um objeto contundente e desfere um golpe, certamente sabe que visa ferir, apenas não sabe a *quem*.

Seria, acredita-se, corolário da demagogia reinante (para fins egoísticos, insiste-se), além de reconhecer merecidos direitos a certos grupos ou indivíduos, querer brindá-los com inimputabilidade perene.

Por um lado reconhece-se-lhes a cidadania, por outro lado atribui-lhes condição análoga à infantil e irresponsável.

Mesmo que se intitulasse esse agir de paternalista, seria um paternalismo inconsequente, pois tal sorte de iniciativa resultará em um indivíduo desprovido de balizas morais.

Quem incute determinados conceitos que podem levar alguém a agir de forma descrita acima, sobremaneira por torpeza pessoal (motivos eleitorais ou de vaidade política mediante transbordamento de atribuições para fins ideológicos) é responsável pelas consequências, semelhante a quem induz terceiro a erro, ou seja, é autor mediato²⁸.

Quem, entretanto, tem perfeita noção da realidade e maliciosamente busca escudar-se na ‘neo-imunização’ deve ter a sanção aplicada na forma original prevista em lei.

Com isso tem-se a divisão dos neo-imunizados em dois grupos. O primeiro, daqueles que de fato crêem fazerem jus a essa condição. Agiriam mediante erro de tipo, sendo responsáveis aqueles que os induziram ao erro.

No segundo, aqueles que sabem de sua situação, mas, oportunistas, tiram proveito para externar atos que normalmente saberiam ser objeto de sanção, sempre correndo a escudar-se em sua pretérita, histórica e superada hipossuficiência.

Eis que se observa indivíduos de grupos um exercício de má-fé e confiança no novo *status-quo*.

É claro, como lembra ZAFFARONI, que “o condicionamento cultural nem sempre dá lugar a um erro de proibição, mas pode dar lugar a distintas classes de erro”²⁹.

Poderia se adequar o agir dos *novos imunizados* no que esse autor chama de *erro de subsunção*³⁰, não em modalidade que leve a divergência apenas sobre a tipicidade em um ou outro tipo penal, mas quando há divergência jurisprudencial importante (ou no caso discordância sobre aplicabilidade da mesma regra para pessoas ou grupo diversos – fenômeno ligado às ações afirmativas), o que pode levar a um grau de invencibilidade por parte do destinatário que seria determinante de menor ou nenhuma culpabilidade.

VI – Efeitos do condicionamento cultural sobre a conduta

A título ilustrativo tem-se o melancólico exemplo ocorrido em Curitiba há alguns anos; por conta de uma simples propaganda eleitoral de “auto-ajuda”, passou-se a idéia que a capital seria a “cidade do primeiro mundo” no Brasil, perfeita e irretocável.

Curioso é o fato que grande parte da população acreditou nessas afirmações (e crê até hoje, passados quase vinte anos), negando-se a ouvir, sob pena de ‘heresia’ a qualquer observação crítica feita ao município, o que gerou graves distorções populacionais e operacionais na última década.

O populismo neoliberal, que visava simplesmente obter votos, eliminou a autocrítica de grande parcela da população.

O efeito foi devastador, transformando o cidadão, de tímido e retraído em pedante e refratário, que vive numa cidade com rios mortos, com elevados índices de criminalidade e poluição, trânsito caótico, sistema de transportes sobrecarregado (que recentemente gerou morte e lesões a passageiros mal acomodados), mas, num mecanismo freudiano de negação, insiste em voltar as costas aos fatos e contribuindo para seu agravamento.

²⁸ DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal**, parte Geral. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005, p. 350.

²⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raul. Op. cit., p. 554.

³⁰ Op. cit., p.p. 555-556.

Claro exemplo pode ser visto no campo internacional. No já mencionado genocídio da faixa de Gaza ocorrido (coincidentemente?) entre o final de dezembro de 2008 e a véspera da troca de comando do governo norte-americano, grande aliado israelense.

Sabedores da natureza de seu agir e das possíveis consequências da retirada do manto protetor dado pelo governo Bush, aqueles que diziam agir em “legítima defesa”, provocando mortes na ordem de 100 para 1, deixaram de fazê-lo quando temeram (hipótese que, reputa-se, remota) ser responsabilizados internacionalmente por seus crimes.

Quem age em legítima defesa real ou putativa³¹ não precisa temer sanções. Eis a inversão provocada pela ‘neo-imunização’ e a reação ocorrida quando ela pode deixar de existir.

Dessa forma, cabe esclarecer o mecanismo como esse erro de proibição pode se dar, com o passar do tempo e das gerações.

É relevante o grave exemplo da campanha produzida na Alemanha no período entre Guerras. Adolf HITLER cria a figura do estrangeiro (não-“ariano”) como inimigo público, causador dos males então atravessados pela nação³².

De tal forma foram essas idéias carregadas de simbolismos para serem mais facilmente introjetadas pela população, imersa em profunda recessão acompanhada de intenso movimento inflacionário, que levou a que muitos dos atos praticados, mesmo por militares de escalões inferiores, pudessem ser atribuídos como consequência direta da criação desses *arquétipos* a serem combatidos e eliminados para o bem comum.

As consequências nefastas dessa estratégia, ainda que se diga que visava o *resgate histórico* da auto-estima da população alemã, destruída pela Guerra (1914-18), e arrasada pela conjectura econômica, são, como se sabe, motivo de consternação, não somente para alemães e judeus, mas para a humanidade, pois demonstram até que ponto a torpeza humana pode atingir.

³¹ Nesse sentido: “Há erro também no crime putativo: o agente erra em supor criminoso o ato que pratica, na realidade não definido na lei como crime. Mas, então, não é o erro do agente que exclui o tratamento penal. Não há crime, porque não há nenhum tipo legal a que o ato praticado responda” in BRUNO, Aníbal. **Direito Penal** Parte Geral – Tomo II. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005, p. 80.

³² HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. Tradução Ralph Manheim. Boston: Houghton Mifflin Company, 1971, p. 148, 170, 178, 243, 314, 453, 600, 622-624, 639, 150.

O aprendizado, no entanto, não ocorreu. A busca do *outro* como gerador dos males e desestabilizador da ordem encontra paralelo na noção do direito penal do inimigo, de Gunther JAKOBS, tão frequentemente aplicada na atualidade, tanto na esfera internacional quanto doméstica.

Conforme afirmado, à medida que se usa tais teorias como elementos aglutinadores sociais, como visto nos atentados de setembro de 2001 nos Estados Unidos, temos que indivíduos de determinado grupo social são hostilizadas de forma genérica, e, principalmente reificadas, animalizadas, como forma de justificar as ações adotadas.

VII - Conclusão

O discurso fomentador do embate “*nós versus eles*” é de tamanha primariedade que, embora seja de fácil absorção e, portanto, constantemente adotado, atinge instintos primários de sobrevivência humana, com desdobramentos que, não raro, são deletérios.

Líderes populistas, como os da América Latina, Brasil incluso, têm por hábito em suas manifestações atribuir seus insucessos às forças contrárias (“elites”, etc.), e os sucessos como “uma lição a ‘eles’”.

Utilizam esse discurso como uma forma de cativar seu público-alvo, um mecanismo de inclusão elementar, onde o eleitor desfavorecido sente-se acolhido, pertencente ao mesmo grupo do líder.

Quando o governante fracassa, sente-se revoltado; não foi ele que sucumbiu, foi o “inimigo” que impediu que ele concretizasse seus planos.

Esse tipo de mecanismo funciona, sobretudo com o segmento do eleitorado que essa espécie de políticos prioriza.

Com isso, não precisam expor seus verdadeiros projetos (nessa estirpe política se resume, invariavelmente, a perpetuação no poder e vingança com relação aos adversários), mediante distribuição de discursos demagógicos e lenitivos caritativos.

Concretizado o “projeto de governo”, ou seja, a eternização no poder, cabe indagar qual o preço da fidelização do eleitorado mediante esse discurso de divisão em segmentos (ainda mais) da sociedade e, principalmente, de instigação da luta de classes.

A utilização indiscriminada da figura do “inimigo” como fator de coesão pode gerar, conforme dito, a introjeção desse novo arquétipo e a sensação de inclusão pode conduzir a noção que certos atos são lícitos a alguns.

Ao final, acredita-se, o resultado acaba por ser mais negativo que favorável.

Os reflexos na área penal que se objetivou discutir, em virtude do contexto criado, não deveriam ser imputados apenas aos autores imediatos.

Os fomentadores de certos tipos de atuações estatais, como o uso desviante das “ações afirmativas” (que, ressalte-se, *não são aqui criticadas como um todo*), mediante os mecanismos que se buscou apontar, deveriam ser vistos como autores mediatos do aprofundamento da fragmentação social e de maior criminalização das relações inter-estamentais.

VIII - Referências Bibliográficas

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. 3ed. São Paulo: Editora Revan, 1999.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal** - parte geral 1, 13ed.. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

BRUNO, Aníbal. **Direito Penal**, Parte Geral – Tomo II. 5ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Ed. Codex, 2003.

Deutsche Welle (www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2234102,00.html)

DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal**, parte Geral. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. Tradução: Ralph Manheim. Boston: Houghton Mifflin Company, 1971.

JUNG, Carl Gustav. **O desenvolvimento da personalidade**. 9ed. trad. Frei Valdemar do Amaral. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

MOREIRA, Luiz. **A Constituição como simulacro**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

ROSA, Alexandre Morais da; SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. **Para um processo penal democrático**. Crítica à metástase do sistema de controle social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal parte geral**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

SCHULTZ, Duane. **História da Psicologia moderna**. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

WELZEL, Hans. **Direito Penal**. Tradução: Dr. Afonso Celso Rezende, 1ed. Campinas: Editora Romana, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. PIERANGELLI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**, v.1, Parte Geral, 6ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006